



Concurso Público para provimento de cargos de
**Técnico Ministerial
Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'P16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

Com a genial invenção das vogais no alfabeto grego, a escrita estava se disseminando pela Grécia antiga – e Sócrates, o homem mais sábio de todos os tempos, temia um desastre. Apreciador da linguagem oral, achava que só o diálogo, a retórica, o discurso, só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória, os únicos caminhos que conduziam ao conhecimento profundo. Temia que os jovens atenienses, com o recurso fácil da escrita e da leitura, deixassem de exercitar a memória e perdessem o hábito de questionar. O grande filósofo intuiu que a transição da linguagem oral para a escrita seria uma revolução. E assim foi. Numa direção promissora, porém, que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.

Agora, 2.500 anos depois, estamos às voltas com outra transição revolucionária. Da cultura escrita para a digital, é uma mudança de fundamentos como não ocorre há milênios. A forma física que o texto adquire num papiro de 3.000 anos antes de Cristo ou numa folha de papel da semana passada não é essencialmente distinta. Nos dois casos, existem enormes diferenças de qualidade e clareza, mas é sempre tinta sobre uma superfície maleável. Na era digital, a mudança é radical. O livro eletrônico oferece uma experiência visual e tátil inteiramente diversa.

Sob qualquer ângulo que se examine o cenário, é um momento histórico. Desde que os gregos criaram as vogais – o "aleph" semítico era uma consoante, que virou o "alfa" dos gregos e depois o "a" do alfabeto latino –, o ato de ler e escrever não sofria tamanho impacto cognitivo. Desde os tipos móveis de Gutenberg, o livro não recebia intervenção tecnológica tão significativa. O temor é que o universo digital, com abundância de informações e intermináveis estímulos visuais e sonoros, roube dos jovens a leitura profunda, a capacidade de entrar no que o grande filósofo Walter Benjamin chamou de "silêncio exigente do livro".

Leitura profunda não é esnobismo intelectual. É por meio dela que o cérebro cria poderosos circuitos neuronais. "O homem nasce geneticamente pronto para ver e falar, mas não para ler. Ler não é natural. É uma invenção cultural que precisa ser ensinada ao cérebro", explica a neurocientista Maryanne Wolf, autora de obra sobre o impacto da leitura no cérebro. Para tanto, ele tem de conectar os neurônios responsáveis pela visão, pela linguagem e pelo conceito. Em suma, precisa redesenhar a estrutura interna, segundo suas circunstâncias. Ao criar novos caminhos, expande sua capacidade de pensar, multiplicando as possibilidades intelectuais – o que, por sua vez, ajuda a expandir ainda mais a capacidade de pensar, numa esplêndida interação em que o cérebro muda o meio e o meio muda o cérebro. Pesquisadores investigam se a construção dos circuitos neuronais está sendo afetada nessa mudança para a era digital.

(Adaptado de: André Petry. **Veja**, 19 de dezembro de 2012, p. 151-6)

1. É correto concluir do texto:
 - (A) Apesar dos receios de alguns filósofos, a passagem da linguagem falada para a escrita, na Grécia antiga, foi uma mudança revolucionária que levou os jovens atenienses à prática do diálogo.
 - (B) Ainda não há dados conclusivos a respeito das implicações trazidas ao funcionamento cerebral pelos numerosos estímulos propiciados por uma leitura virtual.
 - (C) Devido à quantidade e à rapidez de estímulos visuais, as alterações surgidas com o desenvolvimento tecnológico, ligadas ao ato de ler, tendem a facilitar a ampliação dos circuitos cerebrais.
 - (D) Além dos estímulos ao funcionamento cerebral, as facilidades oferecidas pela tecnologia em relação aos livros virtuais justificam a influência que a leitura digital exerce nos jovens.
 - (E) Com base em estudos feitos por especialistas, o desenvolvimento cerebral ocorre naturalmente, por suas características genéticas, a partir da interação entre visão e linguagem.
2. Em relação ao último parágrafo, é correto afirmar que seu conteúdo
 - (A) se destaca do desenvolvimento dos demais parágrafos, por introduzir um assunto ainda não abordado anteriormente.
 - (B) apresenta possíveis razões que confirmam a superioridade da leitura digital sobre aquela realizada no livro impresso.
 - (C) remete a falhas nas pesquisas sobre leitura que estão sendo feitas na área da neurociência, por não apresentarem resultados concretos.
 - (D) é principalmente explicativo, ao oferecer informações sobre o funcionamento dos mecanismos cerebrais ativados no ato de ler.
 - (E) retoma os argumentos que vêm sendo desenvolvidos em todo o texto, apresentando uma síntese do assunto tratado.
3. O sentido da expressão "silêncio exigente do livro", como se lê no 3º parágrafo, se explica
 - (A) pela atenção e concentração necessárias para a análise e a consequente assimilação do conteúdo de uma obra impressa.
 - (B) pela dificuldade de leitura encontrada, por vezes, em obras impressas que não têm a clareza necessária ao entendimento do conteúdo.
 - (C) pela obrigatoriedade da leitura de obras clássicas, no caso do livro impresso, diferentemente das opções oferecidas pelo mundo virtual.
 - (D) pelos estímulos digitais que favorecem a apreensão de informações rápidas e múltiplas, possibilitando uma abrangente formação cultural.
 - (E) pelo esforço empregado no manuseio de um livro impresso, em oposição à praticidade e ao conforto oferecidos pela leitura virtual.



<p>4. <i>Numa direção promissora, porém, que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.</i></p> <p>A presença da conjunção grifada acima indica, no contexto do 1º parágrafo,</p> <p>(A) confirmação de que <i>a escrita estava se disseminando pela Grécia antiga.</i></p> <p>(B) contraponto à afirmativa de que Sócrates, com seu apreço pela <i>linguagem oral, temia um desastre.</i></p> <p>(C) constatação de que <i>só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória.</i></p> <p>(D) hipótese provável de que <i>os jovens atenienses perderiam o hábito de questionar.</i></p> <p>(E) concordância com o fato de que <i>a transição da linguagem oral para a escrita seria desastrosa, segundo Sócrates.</i></p>	<p>7. O segmento final, introduzido pelo sinal de travessão, remete a uma relação (último parágrafo)</p> <p>(A) de oposição entre os estímulos cerebrais e as causas que originam esses estímulos.</p> <p>(B) espacial entre os estímulos intelectuais que determinam o funcionamento do cérebro.</p> <p>(C) predeterminada de certas condições impostas ao funcionamento dos neurônios, na leitura digital.</p> <p>(D) temporal entre elementos sucessivos que desencadeiam mudanças nos circuitos cerebrais.</p> <p>(E) mútua de causa e efeito, que tende a favorecer o aprimoramento intelectual.</p>
<p>5. <i>Sob qualquer ângulo que se examine o cenário, é um momento histórico.</i> (início do 3º parágrafo)</p> <p>A afirmativa acima se baseia no fato de que</p> <p>(A) o impacto causado pela tecnologia que propicia a leitura digital assemelha-se à revolução resultante da transição da linguagem oral para a escrita, na Grécia antiga.</p> <p>(B) as mudanças em relação à leitura, que passa a ser virtual, são idênticas às que ocorreram na Grécia antiga, com a invenção das vogais.</p> <p>(C) o livro digital, apesar das inovações tecnológicas, mantém sua proximidade com os tipos móveis inventados há séculos por Gutenberg.</p> <p>(D) a história referente à escrita, surgida há milênios, vem se repetindo no decorrer do tempo, desde a invenção dos tipos que permitiram a impressão de livros.</p> <p>(E) o acentuado desenvolvimento tecnológico tem melhorado, a partir de estímulos visuais, a relação humana com a leitura.</p>	<p>8. – o "<i>aleph</i>" semítico era uma consoante, que virou o "<i>alfa</i>" dos gregos e depois o "<i>a</i>" do alfabeto latino – (3º parágrafo)</p> <p>O segmento acima, isolado por travessões, constitui</p> <p>(A) repetição de dados constantes do parágrafo.</p> <p>(B) enumeração de condições para o uso da escrita.</p> <p>(C) comentário informativo e explicativo.</p> <p>(D) restrição ao assunto abordado anteriormente.</p> <p>(E) finalidade do uso das vogais no mundo grego.</p>
<p>Atenção: Considere o segmento abaixo para responder às questões de números 6 e 7.</p> <p><i>Ao criar novos caminhos, [o cérebro] expande sua capacidade de pensar, multiplicando as possibilidades intelectuais – o que, por sua vez, ajuda a expandir ainda mais a capacidade de pensar, numa esplêndida interação em que o cérebro muda o meio e o meio muda o cérebro.</i> (4º parágrafo)</p> <p>6. O segmento grifado pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por:</p> <p>(A) Conquanto crie novos caminhos.</p> <p>(B) Caso crie novos caminhos.</p> <p>(C) A fim de que crie novos caminhos.</p> <p>(D) À medida que cria novos caminhos.</p> <p>(E) De modo que cria novos caminhos.</p>	<p>9. ... <i>só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória...</i> (1º parágrafo)</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... <i>explica a neurocientista Maryanne Wolf...</i></p> <p>(B) ... <i>que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.</i></p> <p>(C) <i>A forma física que o texto adquire num papiro...</i></p> <p>(D) ... <i>que o universo digital (...) roube dos jovens a leitura profunda...</i></p> <p>(E) ... <i>o livro não recebia intervenção tecnológica...</i></p> <p>10. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Já fazem séculos que, depois da argila, do papiro e do pergaminho, as pessoas, para transmitir seu conhecimento, se utiliza do papel.</p> <p>(B) Durante séculos, o tipo da letra, o entrelinhamento e os espaços em branco de um livro impresso foi aperfeiçoado para estimular o hábito da leitura.</p> <p>(C) É fundamental que as novas gerações, às voltas com a influência da tecnologia, sejam capazes de ler bem e de refletir, atentas aos aspectos relevantes de uma obra.</p> <p>(D) Estudiosos do nosso tempo, tal como Sócrates na Antiguidade em relação à escrita, se preocupa com o possível impacto do mundo digital na transmissão da cultura.</p> <p>(E) No momento, existe algumas pesquisas em que já se busca dados que avaliem a extensão do impacto causado ao cérebro pela leitura digital.</p>

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Um prêmio total de loteria foi dividido igualmente entre três ganhadores. Depois da entrega do prêmio, descobriu-se que havia um quarto ganhador, que deveria ter recebido $\frac{1}{4}$ do prêmio total. Para corrigir o erro, os organizadores do evento recolheram x reais de cada ganhador que havia recebido o prêmio, e transferiram o dinheiro recolhido para o quarto ganhador. O prêmio total dessa loteria, em reais, foi igual a
- (A) $4x$
- (B) $16x$
- (C) $12x$
- (D) $9x$
- (E) $8x$
-
12. Em um código secreto, as cinco vogais correspondem aos cinco primeiros números ímpares positivos, não necessariamente na mesma ordem. Se $A + E = U + O = 12$, então, o número que corresponde à letra I é
- (A) 7.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 1.
- (E) 9.
-
13. Um dado de seis faces possui uma fração, positiva e irredutível, diferente, marcada em cada uma de suas faces. Cinco dessas faces estão marcadas com as frações irredutíveis $\frac{3}{4}, \frac{1}{2}, \frac{2}{3}, \frac{5}{6}$ e $\frac{4}{3}$. Esse dado foi lançado duas vezes. Se as frações obtidas em cada lançamento foram diferentes, e sua soma foi $\frac{7}{12}$, então, uma das frações obtidas em um dos dois lançamentos necessariamente foi
- (A) $\frac{3}{4}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{1}{3}$
- (D) $\frac{1}{12}$
- (E) $\frac{4}{3}$



<p>14. Ana, Bruna, Clara e Débora são praticantes experientes de quatro esportes diferentes, e estão devidamente trajadas para sua prática. Os esportes praticados por elas, não necessariamente nessa ordem, são: futebol de campo, tênis, natação e ciclismo. Sabe-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ana não pratica esporte com bola; – Débora disse que seu irmão tem uma raquete igual a que Bruna está usando; – Clara não sabe nadar. – Débora não está usando chuteira. <p>De acordo com os dados disponíveis, é correto concluir que, necessariamente,</p> <p>(A) Clara pratica futebol.</p> <p>(B) Ana pratica natação.</p> <p>(C) Débora pratica natação.</p> <p>(D) Bruna pratica futebol.</p> <p>(E) Débora pratica ciclismo.</p>	<p>17. Quanto às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, é correto afirmar que</p> <p>(A) devem receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensados ao Chefe do Poder Executivo Estadual.</p> <p>(B) podem ingressar e tramitar livremente nas sessões dos Tribunais, respeitados os limites que separam a parte reservada aos Magistrados.</p> <p>(C) terão porte de arma, com validade condicionada a prévio ato formal de licença ou autorização.</p> <p>(D) poderão ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, desde que não decretada sua incomunicabilidade.</p> <p>(E) o membro vitalício poderá perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação própria, por exercício da advocacia.</p>
<p>15. Em uma mesa circular com quatro cadeiras igualmente espaçadas irão se sentar Arnaldo, Bruno, Carlos e Dalton. Bruno não se senta em frente a Carlos. Arnaldo senta-se junto e à esquerda de Carlos. Sendo assim, é correto afirmar que</p> <p>(A) Carlos senta-se junto e à direita de Bruno.</p> <p>(B) Dalton e Bruno não estão juntos lado a lado.</p> <p>(C) Arnaldo senta-se junto e à esquerda de Dalton.</p> <p>(D) Carlos está em frente a Arnaldo.</p> <p>(E) Bruno senta-se junto e à esquerda de Dalton.</p>	<p>18. A proposta de vitaliciamento de Promotor de Justiça, em estágio probatório, deve ser encaminhada ao Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) pelo Procurador-Geral.</p> <p>(B) pelo Corregedor-Geral.</p> <p>(C) pela Escola Superior do Ministério Público.</p> <p>(D) pelo Colégio de Procuradores.</p> <p>(E) pelo Presidente da Comissão de Concurso.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação (Estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão)</p> <p>16. Nos termos da Lei Complementar nº 13/91, a elaboração de perícias é competência</p> <p>(A) da Assessoria Técnica.</p> <p>(B) da Assessoria Jurídica.</p> <p>(C) da Assessoria Especial.</p> <p>(D) do Centro de Apoio Operacional.</p> <p>(E) dos professores da Escola Superior do Ministério Público.</p>	<p>19. Sobre a posse, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, é correto afirmar que</p> <p>(A) é prorrogável a requerimento do interessado ou de ofício.</p> <p>(B) o prazo será contado a partir de 30 dias do término do impedimento, em se tratando de servidor em licença.</p> <p>(C) as atribuições contidas no respectivo termo não poderão ser alteradas unilateralmente, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.</p> <p>(D) não dependerá de prévia inspeção médica oficial, condição exigida para a entrada em exercício.</p> <p>(E) pode ser dada a todos servidores pelos Secretários de Estado.</p> <p>20. A elevação do servidor de uma para outra classe imediatamente superior, no mesmo cargo, dentro da mesma carreira, de acordo com o estabelecido no Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Estado e legislação específica é denominada</p> <p>(A) acesso.</p> <p>(B) ascensão.</p> <p>(C) atribuição.</p> <p>(D) promoção.</p> <p>(E) convocação.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Associação do Ministério Público do Estado Z, constituída em maio de 2009.
- II. Associação dos moradores do bairro W, constituída em janeiro de 2013.
- III. Associação dos moradores do bairro X, constituída em dezembro de 2011.
- IV. Associação dos moradores do bairro Y, constituída em dezembro de 2010.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, em regra, possuem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança Coletivo as Associações indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Considere a seguinte situação hipotética: Clodoaldo é Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Fabiano é Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Moisés é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Bruno é Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Considerando que, Clodoaldo e Fabiano são brasileiros natos e que Moisés e Bruno são brasileiros naturalizados, de acordo com a Constituição Federal brasileira, poderão fazer parte da composição do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) Clodoaldo, Fabiano, Moisés e Bruno.
- (B) Clodoaldo e Fabiano, apenas.
- (C) Moisés e Bruno, apenas.
- (D) Clodoaldo, Moisés e Bruno, apenas.
- (E) Fabiano, Moisés e Bruno, apenas.

23. Com relação à Administração Pública, considere:

- I. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- II. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- III. É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
- IV. O servidor público no exercício de mandato eletivo federal não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

24. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em regra, invalidada por sentença judicial a demissão de Roberto, servidor público estável, será ele reintegrado, e Antonio, também servidor público, atual ocupante da vaga, se estável, será

- (A) obrigatoriamente reconduzido a outro cargo, com direito a indenização proporcional ao dano.
- (B) posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, e terá direito à indenização em quantia correspondente a, no mínimo, cem salários mínimos.
- (C) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (D) reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização proporcional ao dano em quantia correspondente a, no mínimo, cinquenta salários mínimos, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade sem remuneração.
- (E) reconduzido ao cargo de origem com direito à indenização em quantia correspondente a, no mínimo, dez salários mínimos.

25. Autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado é ato de competência privativa

- (A) do Senado Federal, através de dois terços de seus membros.
- (B) da Câmara dos Deputados, através de dois terços de seus membros.
- (C) do Congresso Nacional, através de dois terços de seus membros.
- (D) da Câmara dos Deputados, através de um terço de seus membros.
- (E) do Senado Federal, através de um terço de seus membros.

26. Considere:

- I. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- II. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes no item anterior (item I).
- III. Ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- IV. Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, exercer as condutas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.



27. Marcos, Senador, requereu licença, sem remuneração, para tratar de interesse particular. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Marcos
- (A) não perderá o mandato independentemente do período de afastamento.
- (B) perderá o mandato, já que não há previsão constitucional para afastamento de Senador que visa tratar de interesse particular.
- (C) perderá o mandato se o referido afastamento ultrapassar trinta dias por sessão legislativa.
- (D) perderá o mandato se o referido afastamento ultrapassar quarenta e cinco dias corridos.
- (E) perderá o mandato se o referido afastamento ultrapassar cento e vinte dias por sessão legislativa.
-
28. Considere as seguintes matérias:
- I. relativa a partidos políticos;
- II. relativa a direito civil, processual civil, do trabalho e previdenciário;
- III. que vise a detenção ou sequestro de bens de poupança popular;
- IV. reservada a lei complementar.
- De acordo com a Constituição Federal brasileira, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. É vedada a edição de medidas provisórias sobre as matérias indicadas APENAS em
- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.
-
29. Considere as seguintes situações hipotéticas: Camilo, sessenta e seis anos, é auditor fiscal, com quinze anos de efetiva atividade profissional, notório conhecimento econômico e financeiro, idoneidade moral e reputação ilibada. Mireia, trinta e seis anos, é advogada, com doze anos de efetiva atividade profissional, notório conhecimento jurídico, idoneidade moral e reputação ilibada. Kátia, cinquenta anos, desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão há vinte anos, com notório conhecimento jurídico, idoneidade moral e reputação ilibada. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira,
- (A) apenas Camilo e Mireia poderão fazer parte da Composição do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro.
- (B) apenas Camilo e Kátia poderão fazer parte da Composição do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro.
- (C) Camilo, Mireia e Kátia poderão fazer parte da Composição do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro.
- (D) apenas Mireia e Kátia poderão fazer parte da Composição do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro.
- (E) nenhum dos três profissionais poderá fazer parte da Composição do Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro.
-
30. Segundo a Constituição Federal brasileira, no tocante às eleições para Presidente da República, se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação. Porém, se, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação,
- (A) qualificar-se-á o candidato do partido com maior representação no Congresso Nacional.
- (B) serão convocadas novas eleições no prazo de sessenta dias.
- (C) qualificar-se-á o mais idoso.
- (D) serão convocadas novas eleições no prazo de trinta dias.
- (E) qualificar-se-á o candidato com maior votação nas capitais metropolitanas.
-
31. Considere: Marta 22 anos de idade; Camila 25 anos de idade; Vera 37 anos de idade; Gabriela 62 anos de idade e Hortência 66 anos de idade. Considerando que todas estão no exercício de seus direitos políticos, no tocante à idade, poderão ser escolhidas como Ministro de Estado
- (A) Marta, Camila, Vera, Gabriela e Hortência.
- (B) Camila, Vera, Gabriela e Hortência, apenas.
- (C) Vera, Gabriela e Hortência, apenas.
- (D) Gabriela e Hortência, apenas.
- (E) Camila e Vera, apenas.
-
32. Considere os seguintes Ministros:
- I. das Relações Exteriores;
- II. do Planejamento;
- III. da Justiça;
- IV. da Integração Nacional.
- São membros natos do Conselho de Defesa Nacional, dentre outros, os Ministros indicados APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.
-
33. Marta, Joaquim e Godofredo são juízes de direito que estão buscando promoção de entrância para entrância. Considerando que Marta figurou por três vezes consecutivas em lista de merecimento; Joaquim figurou por cinco vezes alternadas também em lista de merecimento e Godofredo figurou por duas vezes consecutivas também em lista de merecimento, de acordo com a Constituição Federal brasileira, será obrigatória a promoção de
- (A) Joaquim, apenas.
- (B) Marta, apenas.
- (C) Marta e Godofredo, apenas.
- (D) Marta, Joaquim e Godofredo.
- (E) Marta e Joaquim, apenas.



34. NÃO compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente *habeas data* contra ato
- (A) da Mesa da Câmara dos Deputados.
 - (B) de Ministro de Estado.
 - (C) da Mesa do Senado Federal.
 - (D) do Procurador-Geral da República.
 - (E) do Tribunal de Contas da União.
35. Considere as seguintes assertivas a respeito das ações diretas de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:
- I. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, a Mesa da Câmara dos Deputados.
 - II. O Procurador-Geral da República só se manifestará nas ações de inconstitucionalidade, em grau de recurso, havendo necessidade de defesa do texto constitucional.
 - III. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em cento e oitenta dias.
- De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
36. Considere a seguinte situação hipotética: o Supremo Tribunal Federal, de ofício, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovou Súmula vinculante. Neste caso, a Constituição Federal brasileira, foi
- (A) desrespeitada uma vez que é vedado ao Supremo Tribunal Federal aprovar Súmula vinculante, de ofício, devendo ocorrer provocação de qualquer interessado.
 - (B) desrespeitada uma vez que não foi observado o *quórum* mínimo de aprovação que é de, no mínimo, metade dos membros do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) desrespeitada uma vez que não foi observado o *quórum* mínimo de aprovação que é de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) desrespeitada uma vez que é vedado ao Supremo Tribunal Federal aprovar Súmula vinculante, de ofício, devendo ocorrer provocação específica dos entes da Administração Pública direta ou indireta.
 - (E) respeitada, uma vez que é permitida a aprovação de Súmula vinculante, de ofício, bem como o *quórum* para sua aprovação é efetivamente de, no mínimo, um terço dos membros do Supremo Tribunal Federal.
37. De acordo com a Constituição Federal brasileira, no tocante à composição e ao tempo de mandato, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça é composto por
- (A) 9 membros com mandato de 1 ano, admitida uma recondução.
 - (B) 9 membros com mandato de 2 anos, vedada a recondução.
 - (C) 11 membros com mandato de 1 ano, admitida uma recondução.
 - (D) 15 membros com mandato de 2 anos, vedada a recondução.
 - (E) 15 membros com mandato de 2 anos, admitida uma recondução.
38. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho da Justiça Federal funcionarão junto ao
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (D) Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
 - (E) Congresso Nacional.
39. As decisões do Tribunal Superior Eleitoral são
- (A) recorríveis no prazo preclusivo de quarenta e oito horas.
 - (B) irrecorríveis, salvo as que contrariarem diretamente a Constituição Federal brasileira, Constituições Estaduais, Leis Federais ordinárias ou complementares.
 - (C) recorríveis no prazo preclusivo de dez dias.
 - (D) irrecorríveis, salvo as que contrariarem a Constituição Federal brasileira e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
 - (E) recorríveis no prazo preclusivo de quinze dias.
40. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com estes limites o Poder Executivo
- (A) devolverá ao órgão competente do Ministério Público para que este faça dentro do prazo máximo de cento e vinte dias os ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - (B) devolverá ao órgão competente do Ministério Público para que este faça dentro do prazo máximo de sessenta dias os ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - (C) procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - (D) encaminhará ao Procurador-Geral da República, para que este tome as providências necessárias, e enviará também ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.
 - (E) encaminhará ao Procurador-Geral da República, para que este tome as providências necessárias, e enviará também ao Senado Federal e ao Supremo Tribunal Federal.



Noções de Direito Administrativo

41. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se princípio da mutabilidade do regime jurídico. A propósito de tal princípio, considere:

- I. Também é denominado princípio da flexibilidade dos meios aos fins.
- II. Autoriza mudanças no regime de execução do serviço público para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.
- III. Não garante, aos usuários dos serviços públicos, direito adquirido à manutenção de determinado regime jurídico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

42. Na atuação administrativa, não basta a legalidade formal, restrita; é preciso também a observância de princípios éticos, de lealdade, de boa-fé. A assertiva em questão refere-se ao princípio da

- (A) motivação.
- (B) eficiência.
- (C) moralidade.
- (D) proporcionalidade.
- (E) supremacia do interesse público.

43. No processo administrativo, assim como nos processos judiciais, também vigoram normas sobre *impedimento* e *suspeição* das autoridades, de modo que, caso tais hipóteses ocorram, elas devem ser reconhecidas proporcionando que as decisões administrativas sejam proferidas de forma imparcial. Trata-se da observância ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) razoabilidade.
- (E) motivação.

44. O ato administrativo ao distanciar-se do fim público

- (A) apresenta vício em um dos atributos do ato.
- (B) pode ser convalidado.
- (C) não comporta anulação.
- (D) deve ser revogado.
- (E) detém vício em um de seus requisitos.

45. Considere:

- I. apurar infrações;
- II. aplicar penalidades;
- III. instaurar procedimento administrativo-disciplinar;
- IV. editar atos normativos de efeitos internos.

NÃO é atividade típica do poder disciplinar o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

46. A denominada "Lei de Acesso à Informação" foi sancionada pela Presidenta da República em 2011 e visa regulamentar o direito constitucional de acesso aos cidadãos às informações públicas. Após ser sancionada, a Presidenta da República editou Decreto com a finalidade de explicar, de detalhar a mencionada lei para sua fiel execução. Ao assim atuar, a Chefe do Poder Executivo Federal exerceu o poder

- (A) disciplinar.
- (B) hierárquico.
- (C) de polícia.
- (D) regulamentar.
- (E) jurídico-administrativo.

47. Considere a seguinte assertiva: "*Prefeitura interdita casa noturna por não possuir alvará de funcionamento*". A atividade narrada corresponde

- (A) à atividade típica do poder hierárquico da Administração Pública.
- (B) à atividade típica do poder disciplinar da Administração Pública.
- (C) ao exercício do poder de polícia judiciária, que não se confunde com a atividade da polícia administrativa.
- (D) ao exercício do poder de polícia administrativa.
- (E) à atividade típica do poder regulamentar da Administração Pública.

48. Considere:

- I. pode ser vinculado;
- II. não admite condutas repressivas;
- III. é ilimitado, pois, do contrário, não geraria força cogente sobre os administrados.

No que concerne ao poder de polícia, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

49. A *conservação dos equipamentos* e a *melhoria e expansão dos serviços públicos* referem-se ao princípio da

- (A) modicidade.
- (B) atualidade.
- (C) cortesia.
- (D) impessoalidade.
- (E) continuidade.

50. Considere:

- I. Os atos administrativos discricionários não comportam controle judicial, haja vista a necessidade de respeito à atuação administrativa discricionária, pautada por razões de conveniência e oportunidade.
- II. A discricionariedade ocorre, dentre outras hipóteses, quando a lei é omissa, porque não lhe é possível prever todas as situações supervenientes ao momento de sua promulgação, hipótese em que a autoridade deverá decidir conforme os princípios extraídos do ordenamento jurídico.
- III. Arbitrariedade não se confunde com discricionariedade; naquela, a Administração ultrapassa os limites traçados pela lei, passando a atuar contrariamente à lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.



<p>51. Com relação ao ato administrativo, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. O objeto e o motivo do ato administrativo, em determinadas hipóteses, podem ser discricionários.</p> <p>II. A revogação do ato administrativo, quando feita pelo Judiciário, produz efeitos <i>ex tunc</i>.</p> <p>III. A convalidação consiste em modalidade de extinção do ato administrativo, por conter vício insanável.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>57. João, servidor público estadual, recebeu vantagem econômica, diretamente de José, empresário do ramo de joias, para omitir ato de ofício, a que está obrigado. Vale salientar que a omissão narrada trouxe benefícios ao empresário José. O ato narrado em questão, praticado por João, vem expressamente descrito na Lei nº 8.429/92 como</p> <p>(A) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.</p> <p>(B) ato atentatório contra os princípios da administração pública, porém não ato ímprobo.</p> <p>(C) ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.</p> <p>(D) infração administrativa disciplinar, porém não ato ímprobo.</p> <p>(E) conduta criminosa, porém não ato ímprobo.</p>
<p>52. O efeito jurídico imediato que o ato administrativo produz é</p> <p>(A) a forma do ato.</p> <p>(B) a finalidade do ato.</p> <p>(C) o motivo do ato.</p> <p>(D) o objeto do ato.</p> <p>(E) a motivação do ato.</p>	<p>58. O dolo constitui elemento imprescindível à caracterização da maioria dos atos ímprobos. No entanto, segundo a Lei nº 8.429/92, alguns atos de improbidade administrativa admitem conduta culposa como, por exemplo,</p> <p>(A) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público.</p> <p>(B) frustrar a licitude de processo licitatório.</p> <p>(C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.</p> <p>(D) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.</p> <p>(E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.</p>
<p>53. A teoria dos motivos determinantes</p> <p>(A) não se aplica aos atos administrativos discricionários.</p> <p>(B) vincula a validade do ato à motivação nele contida.</p> <p>(C) permite a convalidação de atos administrativos que adotaram motivos falsos.</p> <p>(D) destina-se ao ato administrativo proferido sem motivação.</p> <p>(E) tem por objetivo revogar atos administrativos que adotaram motivos falsos ou inexistentes.</p>	<p>59. A empresa "Bom Negócio S.A." recebeu, para sua constituição, o valor de 8 milhões de reais do Estado do Maranhão, sendo seu patrimônio avaliado no valor total de 20 milhões. Um de seus diretores, juntamente com um agente público, cometeu ato ímprobo, gerando um prejuízo da ordem de 10 milhões à referida empresa, sendo condenado às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, inclusive ao ressarcimento do dano. O ressarcimento do dano, nesse caso,</p> <p>(A) não é devido, haja vista que a empresa em questão não é sujeito passivo previsto na Lei nº 8.429/92.</p> <p>(B) deverá ser no montante de 10 milhões de reais.</p> <p>(C) limitar-se-á a 50% do valor recebido pelo Estado, isto é, 4 milhões de reais.</p> <p>(D) limitar-se-á a 8 milhões de reais.</p> <p>(E) deverá ser no valor de duas vezes o dano gerado à empresa, isto é, 20 milhões de reais.</p>
<p>54. Marcelo, servidor público estadual e chefe de determinada repartição pública, ao utilizar-se do poder disciplinar, aplicou pena de demissão a seu subordinado Joaquim, alegando, para tanto, o cometimento de conduta que, na verdade, inexistiu. Marcelo agiu premeditadamente, visando o ingresso de parente seu na vaga disponibilizada com a saída de Joaquim. O ato administrativo de demissão, no caso narrado, apresenta vício de</p> <p>(A) sujeito e de forma.</p> <p>(B) forma, apenas.</p> <p>(C) objeto, apenas.</p> <p>(D) motivo, apenas.</p> <p>(E) motivo e de finalidade.</p>	<p>60. Fernanda, servidora pública, está respondendo a uma ação de improbidade administrativa em que o Ministério Público pleiteia, a título de ressarcimento de dano, o valor de 1 milhão de reais. Fernanda tem um patrimônio avaliado em 5 milhões de reais. Na aludida ação, o <i>Parquet</i> Estadual pede a decretação da indisponibilidade de seus bens. Tal medida</p> <p>(A) não é prevista para as ações de improbidade administrativa, que tem procedimento próprio.</p> <p>(B) pode recair sobre o patrimônio total de Fernanda, justamente por ser medida acautelatória.</p> <p>(C) só deverá recair sobre bens cujo montante somem 1 milhão de reais.</p> <p>(D) só se aplica para atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública.</p> <p>(E) só se aplica para atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito.</p>
<p>55. A Administração Pública revogou ato administrativo que havia gerado direito adquirido. Ao administrado tal postura está</p> <p>(A) correta e independe de qualquer contrapartida ao administrado.</p> <p>(B) correta, desde que indenize o administrado.</p> <p>(C) incorreta, pois tal ato não comporta revogação.</p> <p>(D) incorreta, pois o ato administrativo que gera direito adquirido não é previsto no ordenamento jurídico.</p> <p>(E) correta, vez que a revogação destina-se justamente a extirpar ato ilegal.</p>	
<p>56. Considere a seguinte hipótese: o <i>Ministério dos Transportes praticou ato administrativo de competência do Ministério das Telecomunicações</i>. Nesse caso,</p> <p>(A) há vício de objeto do ato administrativo.</p> <p>(B) é possível a convalidação do ato administrativo.</p> <p>(C) há vício de forma do ato administrativo.</p> <p>(D) é possível a revogação do ato administrativo.</p> <p>(E) o ato deve ser anulado, por conter vício insanável de competência.</p>	